



Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2025 - Informativo



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

A Casa do Povo Pernambucano

No presente informativo, é analisado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2025. Os valores disponibilizados encontram-se atualizados até agosto de 2024 pelo IPCA.

Orçamento fiscal e de investimentos

O **orçamento total** trazido pelo PLOA 2025 tem um valor **9,8% maior** que o da peça orçamentária de 2024. Nesse sentido, o **orçamento fiscal** para 2025 está **R\$ 4,7 bilhões maior**, enquanto o **orçamento de investimento** das estatais aumentou **R\$ 376,4 milhões**.

Nota-se ainda que, o orçamento total trazido pelo PLOA 2025 é o maior da série histórica.

Cabe explicar que, desde a LOA 2024, o montante das transferências constitucionais aos municípios, referentes à participação na arrecadação do ICMS e do IPVA, passou a ser registrado como dedução da receita, não mais como uma despesa. Essa mesma metodologia foi empregada nos dados dos anos anteriores para possibilitar a devida comparação de valores.

Tabela 1 – Orçamento fiscal e de investimento das estatais

LOA/ PLOA	Orçamento fiscal	Orçamento de investimento das estatais	Total	Em R\$ milhões	Evolução em relação ao ano anterior (%)
2019	44.990,49	1.377,11	46.367,60		4,0%
2020	46.127,07	1.429,42	47.556,49		2,6%
2021	46.221,87	1.575,15	47.797,02		0,5%
2022	45.139,65	1.627,97	46.767,63		-2,2%
2023	41.550,48	1.456,97	43.007,46		-8,0%
2024	50.452,15	1.189,68	51.641,83		20,1%
2025	55.125,82	1.566,06	56.691,87		9,8%

Fonte: LOAs 2019 a 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

Investimento por empresa estatal

A peça orçamentária referente às empresas estatais prevê uma **elevação de 31,6%** nos **investimentos**, em relação à lei orçamentária de 2024.

Destacam-se, na tabela abaixo, os aumentos de 146,3% e de 41,8% no orçamento estimado para investimentos, respectivamente, da Copergás e da Compesa e a redução de 29,6% no orçamento referente ao Porto do Recife entre 2024 e 2025.

A Compesa se destaca como a estatal com orçamento mais volumoso, representando 67,2% de todo o valor previsto para investimentos das empresas estatais.

Tabela 2 – Investimentos por empresa estatal

Empresa Estatal	LOA 2024	PLOA 2025	Variação 2025/2024	Participação relativa no PLOA 2025	R\$ em milhares
Compesa	742.584	1.052.618	41,8%	67,2%	
Suape	212.871	190.964	-10,3%	12,2%	
Adepe	74.466	90.663	21,8%	5,8%	
Copergás	58.068	143.011	146,3%	9,1%	
Lafepe	21.269	30.000	41,0%	1,9%	
Porto do Recife	78.701	55.400	-29,6%	3,5%	
Cepe	678	1.200	77,1%	0,1%	
AGE	1.042	2.200	111,1%	0,1%	
TOTAL	1.189.678	1.566.055	31,6%	100,0%	

Fonte: LOA 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

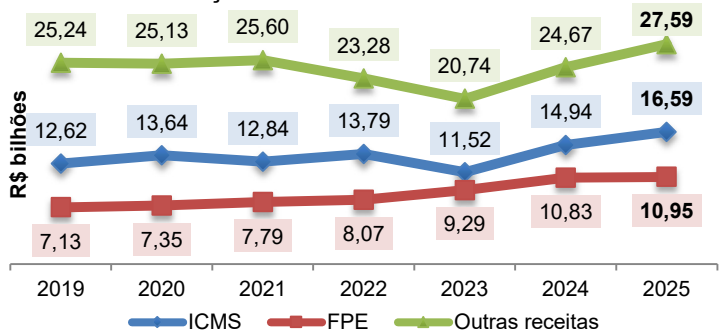
ICMS e FPE

Cumpra examinar o comportamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**), da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (**FPE**) e da soma de todas as **demais receitas** orçamentárias, deduzidas as transferências ao Fundeb e as transferências constitucionais para os municípios.

Comparado à LOA 2024, o PLOA 2025 prevê um **aumento de 11,0%** na arrecadação do ICMS. Também há previsão de **incremento de 1,1%** da cota do FPE e de **11,8%** das demais receitas.

No total, observa-se uma elevação das receitas do orçamento fiscal, previstas para o próximo ano, equivalente a 9,3%.

Gráfico 1 – Evolução das receitas estimadas de ICMS e FPE



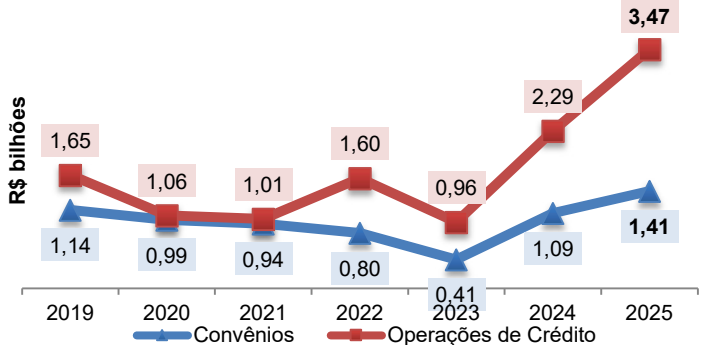
Fonte: LOAs 2019 a 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

Convênios e operações de crédito

Para efetuar investimentos, o estado de Pernambuco pode financiar-se com a contratação de **operações de crédito** (em sua maioria, empréstimos bancários) ou receber recursos de transferências da União por meio de **convênios**.

Após as quedas observadas entre 2019 e 2023, a LOA 2024 estimou um crescimento de 163,3% na receita prevista com convênios. O PLOA 2025 prevê a manutenção da tendência de **crescimento**, mas num percentual menor, equivalente a **29,2%**. A arrecadação com operações de crédito, por sua vez, apresenta uma **elevação de 52,0%**, atingindo o maior valor dos últimos sete anos.

Gráfico 2 – Receitas de convênios e operações de crédito



Fonte: LOAs 2019 a 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

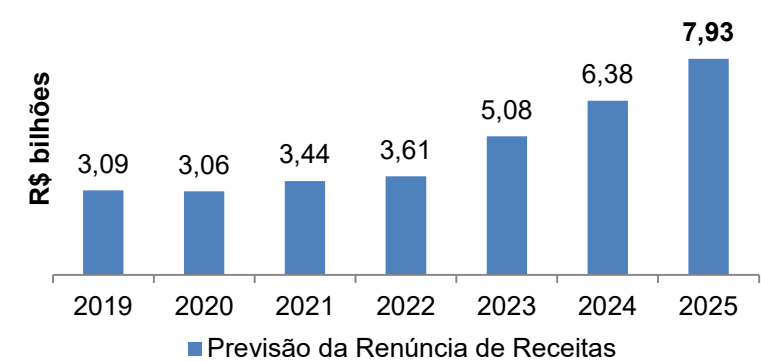
Estimativa da renúncia de receita

O PLOA 2025 apresenta anexo contendo demonstrativo da estimativa e compensação da **renúncia de receita**. Tais operações de renúncia consistem em benefícios fiscais do ICMS, na forma de créditos presumidos e reduções de base de cálculo, além de outros benefícios fiscais.

O valor estimado engloba programas de incentivo aos setores portuário, calçadista, automotivo, industrial, central de distribuição e comercial atacadista.

Verifica-se que a renúncia estimada apresentou pouco crescimento entre 2019 e 2022, de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 3,6 bilhões. Já na LOA 2023 o valor previsto foi de R\$ 5,1 bilhões e na LOA 2024 de R\$ 6,4 bilhões. No PLOA 2025 prevê-se um total de **R\$ 7,9 bilhões** de renúncias fiscais. Isso representa cerca de 30% do total da previsão de arrecadação bruta (antes das deduções) do ICMS para 2025.

Gráfico 3 – Estimativa da renúncia de receitas



Fonte: LOAs 2019 a 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

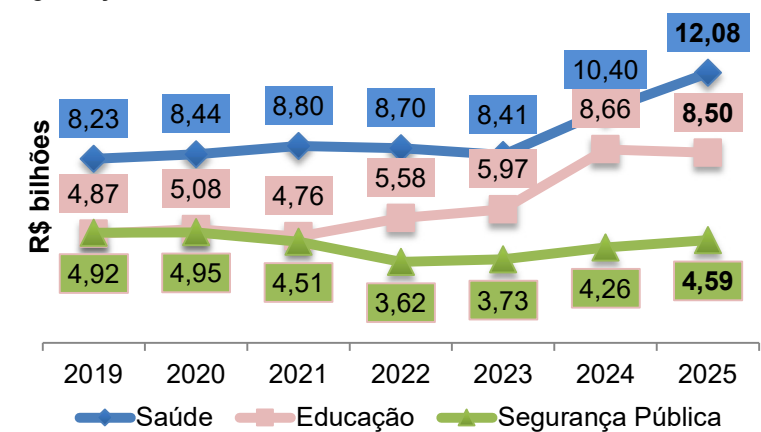
Educação, saúde e segurança

É importante analisar as despesas autorizadas pelo PLOA 2025 destinadas às principais funções governamentais: **educação, saúde e segurança pública**, comparando-as com as leis orçamentárias de anos recentes.

O gráfico revela que as funções saúde (+16,2%) e segurança pública (+7,7%) apresentaram aumentos expressivos nas despesas previstas em relação ao ano de 2024. Por outro lado, prevê-se uma pequena queda na função educação (-1,8%).

Nota-se, ademais, que a saúde está no seu maior patamar histórico e a educação só está abaixo de 2024. Por outro lado, a função de segurança pública ainda se encontra menor que os orçamentos aprovados nos exercícios de 2019 e 2020.

Gráfico 4 – Evolução das despesas com saúde, educação e segurança



Fonte: LOAs 2019 a 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

Custeio, investimentos e serviço da dívida

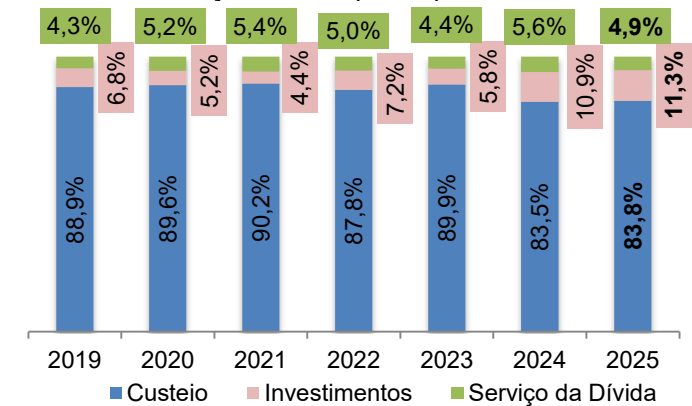
O PLOA 2025 segrega as despesas fixadas por **natureza**. Por meio dessa classificação, é possível saber qual o percentual do orçamento que será destinado a:

- Custeio (pessoal + outras despesas correntes);
- Investimentos (investimentos + inversões financeiras);
- Serviço da dívida (juros + amortização).

O gráfico demonstra que a participação de cada natureza deve variar pouco no próximo exercício, com aumentos previstos de 0,4 pontos percentuais (p.p.) nos investimentos e de 0,3 p.p. no custeio, compensados por uma redução de 0,7 p.p. no serviço da dívida. Destaca-se que os investimentos devem atingir a maior participação orçamentária em todo o período observado.

Em relação aos valores, as despesas previstas para **custeio aumentaram** de R\$ 42,1 bilhões para R\$ 45,9 bilhões e para **investimentos subiram** de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,2 bilhões. Já o serviço da **dívida foi reduzido** de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 2,7 bilhões.

Gráfico 5 – Evolução das despesas por natureza



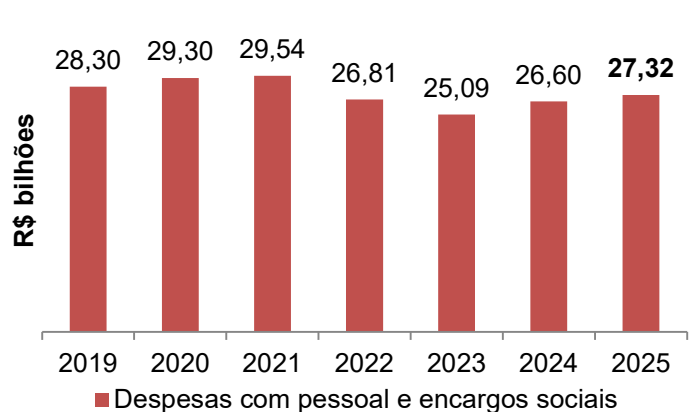
Fonte: LOAs 2019 a 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

Pessoal e encargos sociais

Os dispêndios com **pessoal e encargos sociais** são, potencialmente, o tipo de gasto que mais afeta a saúde fiscal dos entes públicos. Eles são considerados despesas obrigatórias de caráter continuado.

Em termos reais, o PLOA 2025 prevê um **aumento** dos gastos com pessoal e encargos sociais de **2,7%** com relação à LOA 2024, o maior valor desde 2022.

Gráfico 6 – Despesas com pessoal e encargos sociais

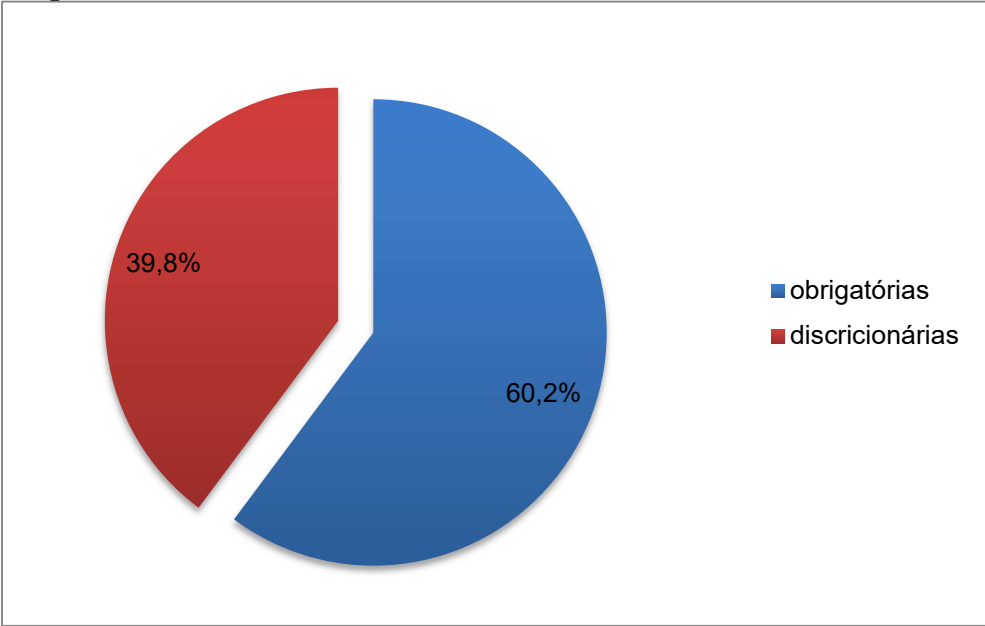


Fonte: LOAs 2019 a 2024 e PLOA 2025. Dados atualizados pelo IPCA.

Despesas Obrigatórias e Discricionárias Fixadas no PLOA 2025

No orçamento público estadual, não existe uma classificação que define as despesas como sendo de execução obrigatória (aquelas que, por força de regra legal ou constitucional, não podem ser contingenciadas) ou discricionária (aquelas que o Estado pode deixar de efetuar). Assim, para segregar os gastos neste informativo, foram consideradas despesas discricionárias aquelas que poderão sofrer limitação de empenho, ou seja, que, segundo o artigo 18 da LDO 2025, poderão sofrer cortes caso seja necessário readequar o orçamento diante de eventuais dificuldades no alcance das metas fiscais. O resultado dessa divisão pode ser observado na sequência:

Gráfico 7 – Despesas obrigatórias e discricionárias fixadas no PLOA 2025



Fonte: PLOA 2025.

Orçamento dos Poderes

Além do Governo Estadual (Poder Executivo), participam do orçamento público o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública. A participação de cada um desses Poderes ou Órgãos Autônomos pode ser observada no Projeto de Lei Orçamentária de cada exercício. Consultando os dados da LOA 2024, é possível observar acréscimo na dotação dos Poderes e órgãos para 2025. Para esse efeito comparativo, foram considerados apenas os recursos a serem repassados na forma de duodécimos.

Tabela 3 – Duodécimos do Poderes e Órgãos Autônomos

Em R\$			
Poder / Órgão	LOA 2024	PLOA 2025	Variação 2025/2024
Tribunal de Justiça	2.306.051.800	2.514.846.300	9,05%
Assembleia Legislativa	935.201.900	1.013.285.800	8,35%
Ministério Público	846.329.000	933.204.300	10,26%
Tribunal de Contas	671.549.100	727.619.600	8,35%
Defensoria Pública	245.842.200	266.368.600	8,35%

Fonte: LOA 2024 e PLOA 2025.